



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
C.N.P.J. 11.283.607/0001-42

PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO

Consulente: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Inexigibilidade nº 16.048-15; contratação do Sr. THIAGO YURY DIAS DOS SANTOS.

Trata-se de Inexigibilidade, cujo objeto é a contratação do Sr. THIAGO YURY DIAS DOS SANTOS, brasileiro, Enfermeiro inscrito no Conselho Federal de Enfermagem COREN nº 370.847, com Registro Geral nº 5635875-PC/PA, e no Cadastro Nacional de Pessoa Física nº 930.986.262-91, residente e domiciliada sito a Trav. Sete de Abril, 794, centro, Brasil Novo/Pará, através da modalidade inexigibilidade de licitação, para Prestação de serviços de enfermagem como plantonista na Sala de Estabilização, realizando por mês até 10 (dez) plantões de 12 (doze) horas, através da modalidade inexigibilidade de licitação.

É o relatório.

A referida contratação, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), valor este que será de R\$ 3.000,00 (Três Mil reais) mensais, com vigência até 31 de dezembro de 2015, poderá efetuar-se mediante Inexigibilidade de licitação, nos termos do caput artigo 25, da lei nº 8666/93, pelo fato de ser um profissional, com inquestionável reputação ético-profissional, bem como existir a escarcas de profissional na área para exercer as atividades pertinentes neste município.

Para que a contratação direta da referida profissional, enquadre-se na hipótese de Inexigibilidade de licitação, se faz necessário que seja justificado a escolha da prestadora e a justificativa do preço como preceitua o parágrafo único do art. 26 da Lei Federal 8.666/93.

Considerado de notória especialização no campo de sua especialidade profissional com desempenho e experiências em desenvolvimento de suas atividades de seus trabalhos é essencial e indiscutível a mais adequada à plena satisfação do objeto do contrato, considerando-se também que o valor dos serviços a serem executados, conforme pesquisa de preço efetuada dentro da categoria, o valor da referida contratação está compatível com as praticadas no mercado.

Sendo assim, manifesto-me pela possibilidade da contratação do referido profissional acima qualificado, mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no caput do Art. 25, da Lei de Licitações, cumpridas as formalidades administrativas.

Brasil Novo-Pá, 29 de junho de 2015.

JUNIOR LUIZ DA CUNHA
Assessor Jurídico
OAB/PA: 15.432